

# RADAR



**favela**

COVID-19

Crédito da foto: Peter Illiciev | Fiocruz

Edição 07

**DEBATES**

Pandemia e volta às aulas

**ESPECIAL**

Vacina para as favelas  
e periferias

# SUMÁRIO

- 3**      **APRESENTAÇÃO**
- 5**      **MEGAFONE**
- 8**      **O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?**
- 9**      “MOBILIZAÇÃO PELA REABERTURA DA UPA MANGUINHOS  
Renata Dutra
- 11**     ADPF DAS FAVELAS: UM CAMINHO POSSÍVEL PARA A  
DEMOCRATIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA  
Redes da Maré
- 13**     SANEAMENTO E HABITAÇÃO SAUDÁVEL  
Renata Dutra
- 15**     LATA DOIDA E PANDEMIA  
Vanielle Bethania
- 21**     **DEBATES**
- 22**     DIÁLOGO SOBRE RETORNO ÀS ATIVIDADES ESCOLARES  
PRESENCIAIS  
Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio Janeiro  
(Sepe/RJ)
- 26**     MOBILIZAÇÃO DE RESPONSÁVEIS NA REDE MUNICIPAL DE  
EDUCAÇÃO DO RJ E AS LACUNAS NO PLANO DE VOLTA ÀS AULAS NA  
PANDEMIA DA COVID-19  
Movimento de mães, pais e responsáveis pela escola pública  
municipal carioca (MOVEM-RIO)
- 33**     **MOVIMENTOS SOCIAIS**
- RIO DE JANEIRO - AMAZONAS: A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO  
POPULAR UNIFICADA NA PANDEMIA DE COVID-19 | EQUIPE RADAR  
COVID-19 FAVELAS  
Anderson Oli
- 34**     **ESPECIAL: VACINA, FAVELAS E PERIFERIAS**
- 38**     VACINA E FÉ  
Padre Gegê

- 40** A PANDEMIA DA COVID-19 NO CONTEXTO DAS FAVELAS E O DIREITO À VACINAÇÃO  
Alan Brum Pinheiro
- 45** TERRITÓRIO IMPACTADO PELO DISTRITO INDUSTRIAL DEVE SER PRIORIZADO NA VACINAÇÃO  
Wanessa Afonso
- 47** É TUDO PRA ONTEM!  
Marina Ribeiro
- 50** **EXPEDIENTE**

## APRESENTAÇÃO

Estruturado com base no monitoramento ativo de fontes não oficiais (vigilância de rumores) como mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais, o informativo busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.

# MEGA

# FONE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

**FAMÍLIAS AGUARDAM SOLUÇÃO DEFINITIVA PARA MORADIA APÓS INCÊNDIO EM UMA OCUPAÇÃO NO BAIRRO DE SANTA CRUZ:** segundo informações do projeto Sejamós Base, parte das famílias da Ocupação Unidos Venceremos, localizada no Jesuítas – sub-bairro de Santa Cruz na Zona Oeste do Rio de Janeiro – , que totalmente incendiada em janeiro de 2021, aguardam o aluguel social prometido pela Prefeitura do Rio. Em janeiro, 146 famílias tinham recebido os cheques da Secretaria de Habitação. 57 famílias ficaram sem receber o auxílio de imediato. Dessas famílias, 25 que ainda não tinham para onde ir foram alojadas em um salão de festas próximo ao antigo local da ocupação. O salão foi cedido por uma igreja da região desde o incêndio, porém ele precisou ser desocupado e essas famílias foram desalojadas na segunda semana de fevereiro, um mês após o incêndio. A Defensoria Pública foi acionada para garantir que todos os afetados recebessem o aluguel social. Na última semana de fevereiro, mais 39 famílias foram contempladas.

No entanto, o cenário é de incerteza e insegurança, não se tem a estimativa do período de duração do benefício já recebido e nenhuma estratégia de planejamento habitacional que contemple as famílias atingidas pelo incêndio foi apresentada pela Prefeitura. Ainda que as famílias estejam recebendo o aluguel social, seus pertences foram perdidos com o incêndio e a situação precária em que se encontram amplia enormemente o risco de contágio da Covid-19.

**COLETIVOS E ORGANIZAÇÕES DE FAVELA REALIZARAM O DIA ESTADUAL DE MOBILIZAÇÃO PARA ENFRENTAMENTO DA COVID-19 NAS FAVELAS – O #MOBILIZAFAVELA.** A data 10 de fevereiro foi aprovada pela Assembleia Legislativa do rio de Janeiro (Alerj) e passou a fazer parte do calendário oficial do Estado. A mobilização reivindica que os governos executem ações permanentes de enfrentamento da pandemia nas favelas periferias e amplie a participação social na vigilância em saúde.

### **CAMPANHA “VACINA PRA FAVELA, JÁ”.**

No dia de mobilização pelo enfrentamento da Covid-19 nas favelas – 10 de fevereiro – coletivos e instituições reunidos em torno do Painel Unificador Covid-19 nas Favelas lançaram a campanha “Vacina pra favela, já”. O objetivo é conclamar as autoridades a realizar ações que garantam o acesso prioritário à vacina nas favelas.



**COALIZÃO NEGRA POR DIREITOS REALIZA MANIFESTAÇÃO NACIONAL POR COMIDA E POR VACINA.** A organização que reúne em torno de 200 entidades do movimento negro realizou manifestações em várias cidades do Brasil denunciando os impactos desiguais da pandemia que tem produzido uma piora nas condições de vida das populações pobres, negras e residentes nas favelas e periferias urbanas.

**DAS PESSOAS PRESAS INJUSTAMENTE PELO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO DA POLÍCIA NO BRASIL, 83% SÃO NEGRAS E NEGROS,** segundo um relatório do Colégio Nacional de Defensores Públicos (Condege). Pesquisadores e movimentos sociais têm manifestado preocupação com a possibilidade do uso do reconhecimento facial pelas forças policiais vir a reforçar lógicas de criminalização e encarceramento da população negra.

**FAMILIARES DE RAY PINTO FARIA ACUSAM A POLÍCIA MILITAR PELA MORTE DO ADOLESCENTE DE 14 ANOS, MORADOR DO MORRO DO FUBÁ.** O caso foi amplamente noticiado na imprensa e segundo informações Ray teria sido abordado na porta de casa e levado pelos policiais. Os familiares afirmaram ter passado horas sem notícias do paradeiro de Ray, até ele ser encontrado morto no hospital pela mãe. Atualmente, há uma decisão em vigor do Supremo Tribunal Federal no sentido de regulamentar e coibir o uso excessivo da força nas operações policiais e proteger a vida dos moradores. O número de operações policiais, no entanto, tem aumentado nos últimos meses, assim como a quantidade de pessoas mortas.







Cédito da foto: André Lima

## O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado.

Por meio da compilação de notícias, de relatos de moradores, do mapeamento de necessidades, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar ‘O que tá pegando nas favelas?’

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.



# MOBILIZAÇÃO PELA REABERTURA DA UPA MANGUINHOS

## Renata Dufra

Jornalista, moradora de Manguinhos e comunicadora comunitária, bolsista de comunicação da Cooperação Social da Fiocruz

No dia 10 de fevereiro, Dia Estadual de Mobilização para o Enfrentamento da Covid-19 nas Favelas, aconteceu o ato pela reabertura da Upa de Manguinhos que está fechada há 44 dias e já deixou de realizar cerca de 17,6 mil atendimentos, segundo a página “Comacs Manguinhos”.

A UPA, que é de responsabilidade do município, fica localizada em um local estratégico e cercado por dezenas de favelas.

**Segundo o Painel Unificador Covid-19 nas Favelas, ocorreram mais mortes nas favelas do Rio de Janeiro do que em 162 países inteiros, entre eles: Paraguai (2846), Dinamarca (2216), Costa Rica (2692), Austrália (909), Venezuela (1240), Moçambique (465).**

O fechamento da UPA acarreta problemas e tira o direito básico à saúde. O morador de favela precisa se deslocar para outros bairros para conseguir atendimento, o que sobrecarrega outras unidades. O Secretário Municipal de Saúde, Daniel Soranz, deu como prazo para reabertura entre os dias 30 de janeiro e 8 de fevereiro, mas até o momento a Unidade de Pronto Atendimento permanece fechada e sem previsão para a reabertura.

A Organização Mulheres de Atitude, Movimento Negro Unificado, com apoio do Instituto de Defesa da População Negra, Conselho Comunitário de Manguinhos e as Mães de Manguinhos, conjuntamente com

outros movimentos sociais ajuizaram uma ação civil pública pedindo a reabertura da Upa de Manguinhos. Essa ação judicial é fruto de um trabalho coletivo, ou seja, trata-se de uma ação judicial feita a várias mãos que contou com o apoio de pessoas de todas as áreas da localidade atendidas pela unidade de Manguinhos.

Nessa ação judicial os movimentos sociais pedem a imediata reabertura da unidade de pronto atendimento de Manguinhos, bem como uma aplicação de multa caso o pedido seja concedido e a demanda não seja atendida. A ação já foi distribuída e já tem juiz competente para realizar o julgamento. Até o término desta edição ainda não houve o julgamento.

Crédito da foto: Acervo Comacs



# ADPF DAS FAVELAS: UM CAMINHO POSSÍVEL PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO DEBATE SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

## Redes da Maré

Desde novembro de 2019, está em tramitação no Superior Tribunal Federal (STF) um processo que busca garantir direitos e proteger vidas de quem vive nas favelas e periferias do estado do Rio de Janeiro. A Arguição de Descumprimento de Preceitos Fundamentais 635, mais conhecida como ADPF das Favelas, tem como objetivo reduzir danos e riscos durante a atuação de agentes de segurança pública em territórios periféricos do estado. O instrumento jurídico vem sendo articulado por uma série de organizações sociais, movimentos sociais e instituições públicas que reivindicam a valorização da vida no planejamento e execução da política de segurança.

A ADPF das Favelas ficou conhecida pela sua decisão liminar de junho de 2020, quando o Ministro Edson Fachin determinou a suspensão das operações policiais, exceto em caso de extrema excepcionalidade, diante do contexto da pandemia da Covid-19. Em agosto, durante decisão colegiada, os ministros do STF aprovaram uma série de medidas que buscam garantir direitos e a legalidade durante a atuação das polícias nas favelas e periferias. Dentre elas, destacam-se a restrição do uso de helicóptero em operações policiais; o fortalecimento de procedimentos investigativos de crimes cometidos durante atuação policial; além de determinar a criação de um plantão do Ministério Público para monitorar e acolher denúncias de violências e violações de direitos durante operações policiais.



Crédito da foto: Douglas Lopes/Redes da Maré

Desde então, vem se ampliando em toda sociedade o debate sobre os limites e possibilidades para a atuação policial em favelas e periferias. Com vistas a fortalecer e democratizar o debate, o Superior Tribunal Federal convocou uma Audiência Pública que deverá ocorrer ainda no primeiro semestre de 2021. A Audiência reunirá moradores de favelas, familiares de vítimas de violência policial, pesquisadores, juristas, agentes e gestores da segurança pública numa perspectiva de ampliar o diálogo e a construção de estratégias para a política de segurança pública no Rio de Janeiro.



# SANEAMENTO E HABITAÇÃO SAUDÁVEL

## Renata Dutra

Jornalista, moradora de Manguinhos e bolsista de comunicação da Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz.

### *Saneamento é um direito de todos*

No dia 27 de janeiro aconteceu a live “Saneamento e Habitação Saudável”, na plataforma Cidades em Movimento. O debate integra a programação dos encontros preparatórios para o Congresso da União Internacional dos Arquitetos (UIA 2021). O encontro teve como objetivo aprofundar o debate sobre cidades saudáveis em colaboração com os moradores do território e contou com a participação da arquiteta e urbanista, Patrícia Oliveira.

Segundo Patrícia, ela se considera uma favelada arquiteta, pois mora há 40 anos em Manguinhos. Para ela, a construção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Manguinhos teve questões problemáticas: **“Eu participei enquanto moradora do processo todo do PAC Manguinhos e pude observar que ele foi um pouco inconclusivo em algumas demandas que eram muito caras para nós moradores de favelas, como, por exemplo, o que diz respeito ao saneamento básico”**.

A favela de Manguinhos sofre há anos com problemas como falta de saneamento básico, falta d’água, remoções e recorrentes enchentes. No dia 2 de janeiro deste ano, uma chuva de apenas 30 minutos foi capaz de alagar a comunidade. “Tivemos uma chuva que nem foi uma das maiores e, no entanto, a nossa favela ficou alagada como há décadas já vem acontecendo. Então quando se fala de saneamento e PAC Manguinhos, eu observo que não levaram muito a sério a Constituição, porque é garantido na Constituição que o saneamento é um direito de todos”, conta.

Além disso, a arquiteta também viu pontos positivos nas obras, citando a oportunidade dos moradores não habitarem mais na beira dos rios. “Conheci de perto muitas pessoas que moravam na beira do Rio Faria Timbó e foram contempladas com uma habitação, isso é uma das partes louváveis desse projeto”, diz.

Mas para ela, em contrapartida, para uma habitação ser considerada saudável não pode ser levado em consideração apenas se tem uma boa ventilação: “Precisa ser levado em consideração também a saúde mental, saúde física, etc”.



Patrícia também falou sobre as remoções na favela: “A minha avó paterna foi removida da favela do Caju, por conta da construção da ponte Rio Niterói e veio morar em Manguinhos. Quando ela estava com 84 anos passou por mais uma remoção e não resistiu, entrou em uma profunda tristeza”.

Não é fácil começar do zero várias vezes, o morador constrói laços afetivos, constrói sua casa do seu jeito, se identifica com o local onde mora e acaba sofrendo com as constantes remoções. E como fica a saúde mental destas pessoas?

“Ela criou filhos e netos e não reagiu bem a essa remoção. Quando a gente pensa em uma urbanização local deve ser levados em consideração todos esses pontos, no sentido de que isso vai preservar a saúde das pessoas“, finaliza a arquiteta.



# LATA DOIDA E PANDEMIA

## Vanielle Bethania

### Lata Doida

O Lata Doida atua enquanto organização desde 2008 através de oficinas, shows, gravações, ensaios, reuniões e eventos. Sempre com muito suor, presença física, olho no olho, aperto de mão, abraços. Tudo de maneira muito orgânica. Entre o fim de 2019 e começo de 2020, o Lata estava trabalhando intensamente, fechou 2019 com uma série de shows, em um evento da Boticário, e iniciou 2020 com muitos planos. Até que chegou o dia em que havia um show agendado para um evento que ocorreria em um parque arqueológico e ambiental e surpreendentemente o evento foi suspenso por conta do tal CORONAVÍRUS, até então distante para nós. As notícias sobre o assunto já circulavam desde janeiro, porém era difícil prever que o mundo viveria essa realidade.

Desde então, todos os eventos foram suspensos. Era a pandemia se instalando. No começo o Lata Doida ficou parado, acreditando que tal fase passaria rápido, porém, o tempo passava e não havia perspectiva de volta à normalidade. A organização percebeu que precisaria reinventar sua maneira de atuar.

A primeira ação do Lata Doida na pandemia foi a distribuição de cestas básicas, que aconteceu a partir de um convite da Casa Fluminense para participarmos da rede “Rio contra o corona”. A distribuição das cestas (e outros insumos) acabou proporcionando a criação de uma rede local com moradores e outras organizações e coletivos, que somou forças, estreitou os laços e proporcionou também uma ampliação do alcance das ações, atingindo, principalmente, mulheres em situação de vulnerabilidade.



Crédito da foto: Lata Doida

Depois da distribuição de cestas, o Lata Doida produziu uma série de videocliques. Para estes, foram realizadas composições, criações de roteiros e reuniões online; foi uma ótima oportunidade de retomar as criações e produções. A tecnologia e a internet foram muito importantes nesse momento. No último clipe produzido, a música abordou a pandemia e neste, todos os integrantes participaram, diferente dos anteriores, onde alguns não se adaptaram bem à falta de calor nas interações por meio dos celulares. Foi realmente um momento de encarar tal situação de frente, entendendo que esta era nossa condição.

Realizamos alguns encontros presenciais, tomando todas as medidas de segurança e distanciamento, criamos uma logística especial para gravação e assim todos participaram. Dessa forma nasceu o último clipe do Lata Doida, "[Da máscara que ninguém vê](#)", que expressou um pouco de como os integrantes da organização estavam sentindo e vivendo a pandemia.

Um projeto da nossa organização que cresceu muito durante a pandemia foi “[As Mulheres do Fim do Mundo](#)”, uma frente de trabalho recente da organização, voltada para mulher periférica. Iniciado em 2018, reuniu mulheres periféricas, realizou alguns encontros e eventos com mostras de trabalhos destas. Com a pandemia e necessidade de isolamento, voltou suas atividades para as redes sociais, intensificando muito a relação com estas e alcançando mais mulheres, de diferentes periferias.

Foram realizadas lives periódicas, onde foram discutidos diversos assuntos relevantes para as mulheres periféricas, sobretudo no contexto pandêmico. Essas lives repercutiram muito bem, os objetivos deste trabalho foram amadurecidos através das pesquisas realizadas para os encontros online e das trocas com as convidadas. Cada live tinha uma convidada diferente, algumas faziam parte de outras redes de mulheres – fato que levou ao aumento de nossa rede e do alcance de nossas ideias.

Crédito da foto: Lata Doida





Por fim, a última ação que impactou bastante o trabalho da organização durante esse período foi a realização de uma campanha de financiamento coletivo (Crowdfunding), com a finalidade de arrecadar verba para dar continuidade a ocupação de um espaço público que se situa ao lado da antiga fábrica de cartuchos, do bairro de Realengo. O espaço recebeu o nome de Parquinho Verde, pois o mesmo se alia à luta do movimento Parque de Realengo Verde pela transformação da fábrica em um parque urbano predominantemente verde.

Essa campanha, intitulada “Salve o Parquinho”, exigiu grande empenho da organização, que não atuou sozinha. Tal projeto reuniu diversos coletivos e organizações, como a Casa Fluminense, Circo Voador, Espaço Cultural Viaduto de Realengo, Sarau do Calango, Permacultura Lab, Zona Oeste Ativa, Vivências e Danças Populares, Cia Atos e Atores, Festival de Música e Cultura de Rua de Bangu, Zona de Cinema, dentre outros.

A campanha obteve êxito, arrecadando o valor necessário para a continuidade da ocupação, e agora caminhamos para realização do festival em agradecimento aos colaboradores e em comemoração ao sucesso da campanha. Tal experiência nos mostrou a força da articulação em rede, da ação coletiva, e que é possível estar junto, apesar da distância física. Todos os encontros para definição da campanha foram online e, ainda assim, foi um processo com participações muito intensas. **Hoje, a melhoria do Parquinho Verde é um fruto gerado durante a pandemia, um fruto com impacto positivo para o bairro de Realengo, para a Zona Oeste e para a cidade do Rio de Janeiro.**



Crédito da foto: Lata Doida - Vandrê Nascimento

PARQUE VERDE: ANTES



Crédito da foto: Lata Doida - Vandrê Nascimento

PARQUE VERDE: DEPOIS

Enfim, esse é um panorama das principais ações do Lata Doida durante a pandemia e de como tais ações impactaram a organização e, conseqüentemente, como o Lata Doida pôde impactar outras pessoas e a comunidade onde está inserido.

Esse período foi muito triste para a humanidade e para as periferias foi ainda mais difícil. Nas periferias cariocas e, em especial, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde está localizada a sede do Lata Doida, o número de mortes por Covid-19 foi um dos mais expressivos da cidade. O Lata Doida viveu e está vivendo essa realidade com grande pesar; tentando contribuir, das formas que estão ao seu alcance, com a minimização do impacto de tal tragédia e, além disso, atuando em prol da criação de alternativas, para que ao fim desse período pandêmico, tenhamos, enquanto periferia, novos horizontes traçados.



Crédito da foto: Lata Doida - Vandrê Nascimento

## Da máscara que ninguém vê

Vandrê Nascimento

Olhos trancados na tranca da sala  
por onde a gente pode ver  
olhos que sobram  
boca tampada  
nada que se possa dizer  
olhos que sobram  
boca tampada  
silenciado e sem saber  
quando é que isso acaba  
se é que isso acaba  
quando é que a gente vai poder  
morrer só de fome, de tiro, de bala  
agora eu quero saber  
da máscara que ninguém vê  
da máscara que ninguém vê



## DEBATES

A seção Debates traz uma reflexão sobre o retorno às atividades escolares presenciais, a partir do ponto de vista do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ) e do Movimento de Mães, Pais e Responsáveis Pela Escola Pública Municipal Carioca (MovEM-RIO). Os textos de ambas entidades refletem suas análises e posicionamentos sobre o atual cenário pandêmico, o papel das escolas e as condições sanitárias, sociais e econômicas para o retorno às aulas.

Crédito da foto: Comissão de representação sobre retorno às aulas presenciais – Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.



## **DIÁLOGO SOBRE RETORNO ÀS ATIVIDADES ESCOLARES PRESENCIAIS**

### **Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio Janeiro (Sepe/RJ)**

A pandemia impôs modificações ao convívio social e estamos tentando nos ajustar diariamente a essa nova realidade tão dura, na qual precisamos nos isolar para preservar nossas vidas e a das outras pessoas. Cumprir o isolamento não é uma tarefa fácil para o ser humano que é, de acordo com Marx, “um animal social”, pois não pode ser privado de estar em sociedade.

Diante do cenário pandêmico mundial, as atividades presenciais nas instituições de ensino foram suspensas a fim de evitar aglomerações e propagação do vírus.

**Cabe ressaltar que o município do Rio de Janeiro tem a maior rede da América Latina, com 1543 unidades escolares, 39.815 professores, 13.862 funcionários administrativos e 641.564 estudantes, além dos terceirizados responsáveis pela limpeza e merenda escolar, o que representa um convívio diário de 700 mil pessoas. Some-se a isso os responsáveis, que utilizam transporte público, totalizando 1 milhão de pessoas em circulação na cidade do Rio de Janeiro, que conquistou o triste ranking de atingir a maior média de mortes por Covid-19 no país: onde a população precisa enfrentar ônibus superlotados para chegar aos locais de trabalho, e clínicas da família são fechadas em plena pandemia.**

Não há justificativa plausível para reabrir as unidades escolares nesse cenário. É uma tragédia anunciada e um desrespeito às vidas!

Desde o início da pandemia, o sindicato vem cobrando dos governos a apresentação de medidas exequíveis, que possibilitem o retorno das atividades escolares presenciais de forma segura. Elencamos alguns pontos baseados em orientações discutidas em um comitê com mais de 60 entidades para que possa ocorrer o retorno: redução do número de casos de Covid-19, disponibilidade de leitos nos hospitais, vacina para todos os profissionais de educação, recursos humanos e estruturais adequados.

O governo se limitou a apresentar protocolos que não são possíveis de efetivar nas atuais condições das unidades escolares e representam ameaça à vida. Protocolos que exigem um distanciamento entre as crianças, inviável no caso da Educação Infantil, que indica que os estudantes não podem conversar durante as refeições, além das questões de higienização do ambiente, impossível de se realizar no momento, pois o contrato dos terceirizados foi encerrado.

Diante da ineficiência dos governos em apresentar medidas concretas para o retorno com segurança, os profissionais de educação deliberaram em assembleia a greve em defesa da vida com a manutenção das atividades remotas, a fim de manter o vínculo com a comunidade escolar.

**Contudo, os meses se passaram e os constantes debates sobre a Educação em época de pandemia trouxeram muitas reflexões sobre o papel e a importância da escola diante da crise gerada pelo Covid-19. Como manter o vínculo através das redes sociais com famílias que em sua grande maioria perderam sua fonte de renda e não têm acesso ao básico para sobreviver?**



Crédito da foto: Comissão de representação sobre retorno às aulas presenciais – Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

As desigualdades ficaram mais evidentes nesse período, principalmente a falta de bens essenciais como acesso ao saneamento básico, alimentação e até a água, cantada pelo poeta “você sabe que no morro não cai água na torneira”. Nosso maior desafio tem sido manter o vínculo com nossos estudantes que são excluídos pela falta de políticas públicas ao acesso a bens essenciais. Por isso o sindicato incluiu entre suas reivindicações a garantia da segurança alimentar aos estudantes, assim como a garantia de acesso tecnológico. Não somos contra o retorno das atividades presenciais, mas defendemos as condições para que a escola continue sendo lugar de vida, partilha, afeto e principal-

mente construção do conhecimento. É esse espaço vivo e dinâmico que o Sepe defende e luta para que os filhos e filhas da classe trabalhadora tenham acesso a uma educação pública, laica, de qualidade e com garantia à vida. Corroboramos com a visão de Paulo Freire ao afirmar que:

“ Escola é

... o lugar que se faz amigos.

Não se trata só de prédios, salas, quadros,

Programas, horários, conceitos...

Escola é sobretudo, gente.

Gente que trabalha, que estuda

Que alegra, se conhece, se estima.

O Diretor é gente,

O coordenador é gente,

O professor é gente,

O aluno é gente,

Cada funcionário é gente.”

Gente que tem direito à vida e que os profissionais de educação defendem permanecendo em greve pela vida e exigindo vacina!

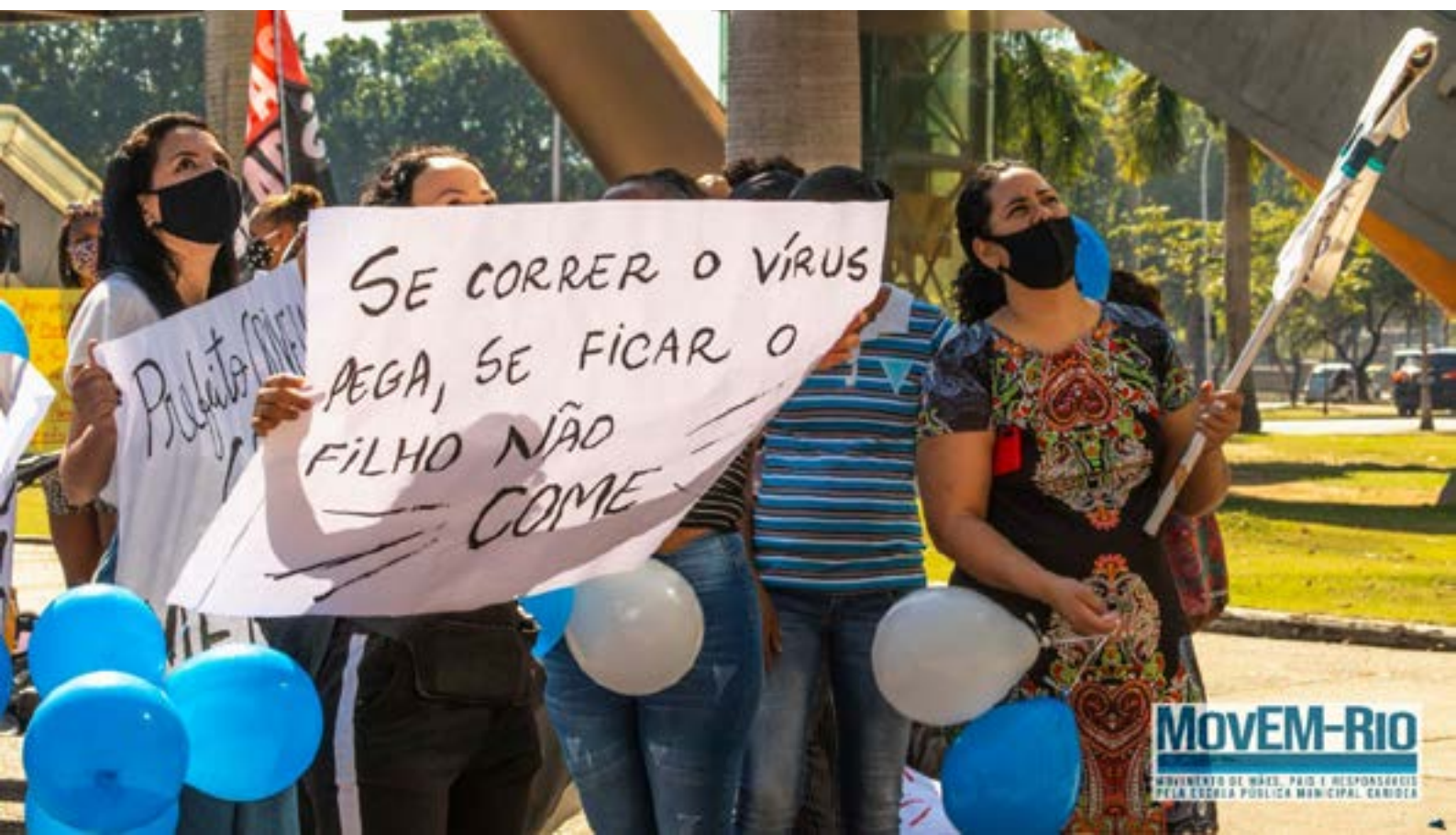


# MOBILIZAÇÃO DE RESPONSÁVEIS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RJ E AS LACUNAS NO PLANO DE VOLTA ÀS AULAS NA PANDEMIA DA COVID-19

## Movimento de mães, pais e responsáveis pela escola pública municipal carioca (MovEM-RIO)

O O Movimento de Mães, Pais e Responsáveis pela Escola Pública Municipal Carioca (MovEM-Rio) surgiu em janeiro de 2019 com o objetivo de lutar por uma educação pública de qualidade na rede municipal, a maior rede de educação pública da América Latina. Um ato de resistência contra a gestão desastrosa de Marcelo Crivella. Contudo, ninguém imaginava a sobreposição de desafios iniciada em 2020, com a chegada da pandemia da Covid-19 e com o boicote do Governo Federal em combatê-la, muitas vezes alinhado aos Governos Estadual e Municipal do Rio de Janeiro.

Crédito da foto: Leo Rocha | MovEm-Rio





O MovEM-RIO acompanha e participa de todos os espaços possíveis de discussão e construção de estratégias para a garantia do direito à Educação e da defesa da vida, no contexto da pandemia da Covid-19. Devido à urgência do tema, sempre destaca o sistemático desrespeito ao Direito Humano à Alimentação e exige resolutividade da Secretaria Municipal de Educação (SME). Afinal, são nítidos o agravamento da insegurança alimentar entre estudantes e o descumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que teve seu marco legal alterado para viabilizar a entrega de alimentos ou recursos diretamente aos responsáveis, durante a pandemia. Pelo mesmo motivo, também enfatiza a necessidade de manutenção do auxílio emergencial e do surgimento de um auxílio carioca para as pessoas em maior vulnerabilidade social.

Cabe lembrar que, quase na virada do ano, o Movimento recebeu relatos de fome e de expectativa frustrada com a recarga do cartão-alimentação, no pífio valor de R\$54,25 por estudante, atrasada desde o dia 10. Então, em caráter emergencial, lançou-se a Campanha Contra a Fome do MovEM-RIO. De 30/12/2020 até 7/1/2021, foram arrecadados R\$ 13.750,00 e seis cestas-básicas, atendendo 84 mães cadastradas e suas 250 crianças. O êxito da ação de solidariedade, que superou em 131% a meta inicial, renovou as esperanças das pessoas participantes.

Para além da garantia da segurança alimentar e nutricional de todos os estudantes da rede, o Movimento exige da Prefeitura:

- 1. Transparência e comunicação pública, por escrito e direta com responsáveis e unidades escolares, incluindo informações sobre a situação de todos os Conselhos Escola-Comunidade (CECs) e contatos dos respectivos representantes;*
- 2. Vacinação de profissionais de Educação, incluindo todos os servidores e terceirizados alocados nas Unidades Escolares, independentemente da função, logo após a vacinação de pessoas idosas, profissionais de saúde, populações indígenas e quilombolas;*

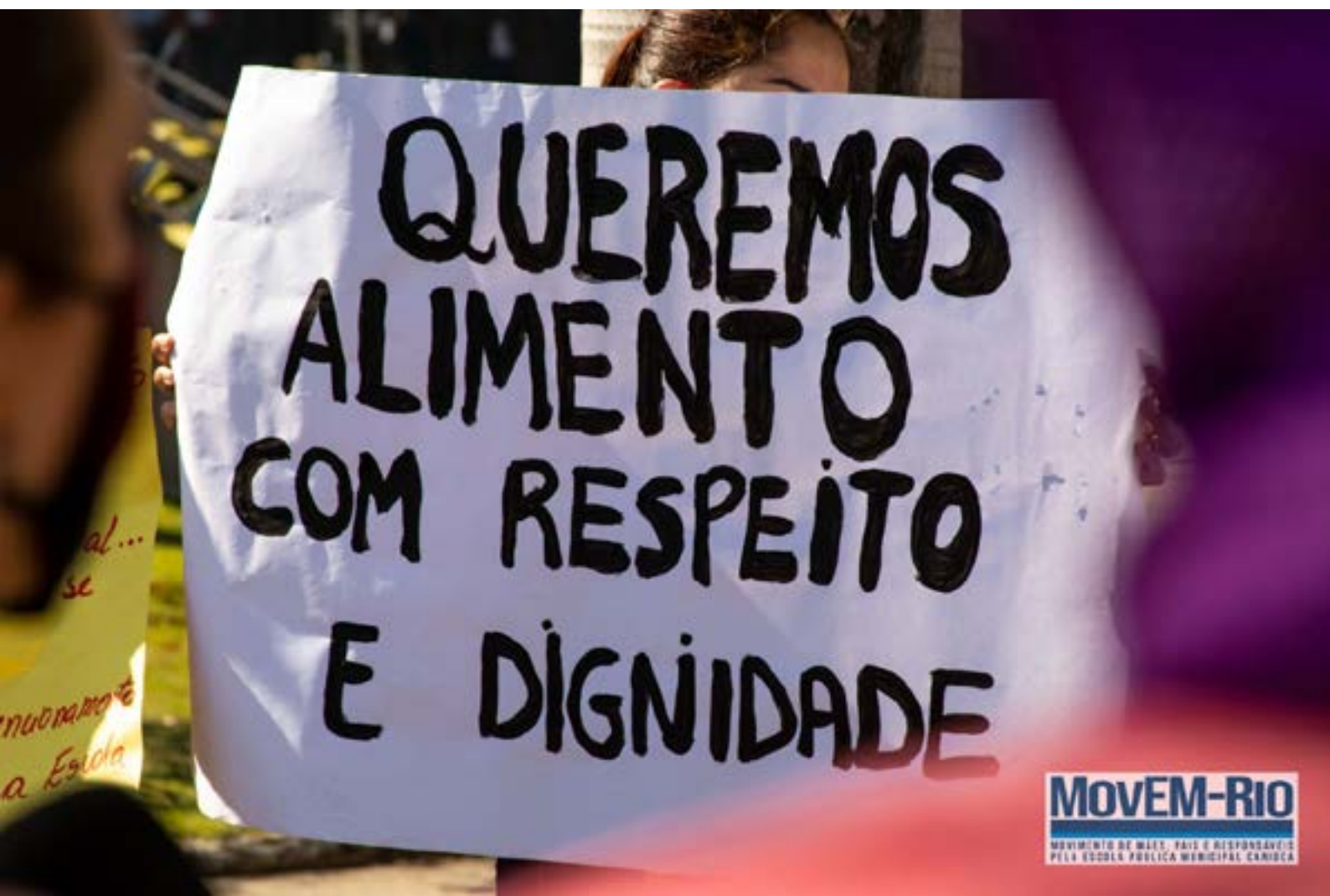
3. *Garantia de ampla testagem;*
4. *Retomada imediata e regular da atuação de equipes de limpeza nos espaços escolares, com efetivo em quantidade suficiente e de acordo com as novas normas sanitárias;*
5. *Investimento em infraestrutura em todas as Unidades Escolares, de modo a garantir as condições adequadas do ponto de vista sanitário no contexto da pandemia e dignas para a criação de ambientes saudáveis e favoráveis ao trinômio ensino–aprendizagem–cuidado;*
6. *Contratação urgente de novos profissionais;*
7. *Mapeamento das Unidades Escolares e divulgação pública dos relatórios, incluindo plano de ação para as melhorias necessárias com cronograma e verba orçamentária; e*
8. *Mapeamento da situação socioeconômica de cada estudante, considerando detalhes sobre sua moradia, sobre quem reside junto, sobre a mobilidade e a distância que percorre entre casa e unidade escolar.*

Apesar de participar das reuniões da Comissão de Representação formada na Câmara de Vereadores para acompanhamento das ações de retorno às aulas presenciais na rede municipal de ensino no ano letivo de 2021 e a estruturação do calendário de reposição das aulas relativas ao ano de 2020; de ler o plano de volta às aulas apresentado pela SME; assistir à apresentação do Comitê Especial de Enfrentamento à Covid-19; assistir à aula inaugural; e a programação da TV Educa, identifica-se a existência de muitas lacunas no processo de retorno às aulas. Falta detalhamento sobre como a SME pretende viabilizar muitos tópicos do plano, respectivos orçamentos e formas de monitoramento. Por conta disso e das aflições geradas pela programação da primeira semana de aulas, o MovEM-RIO elaborou 62 perguntas para remeter à SME.

Não se sabe como a SME pretende, por exemplo, garantir a segurança alimentar e nutricional, em um cenário que, possivelmente reunirá, estudantes que não retornarão ao presencial e estudantes que ainda que retornem, passem menos horas na escola e não necessariamente estejam presentes todos os dias da semana. Se pretende manter o cartão-alimentação e se atualizará o valor considerando a inflação. Se pretende seguir o que preconiza o PNAE e fornecer 30% de alimentos frescos e in natura oriundos da agricultura familiar. Com relação ao consumo de água, não se sabe se há um protocolo específico e, considerando-se a crise hídrica vivida no Estado, se haverá fornecimento de água mineral em quantidade adequada ao período de permanência na unidade.

O MovEM-RIO continua ao lado dos profissionais de Educação na defesa da Greve pela Vida e pela vacinação e questiona se a SME estabeleceu critério de ordem de prioridade baseado na situação diagnosticada nas

Crédito: Leo Rocha | MovEm-Rio



escolas. Por exemplo, se consideram escolas nas quais mais de 60% do quadro é de grupo de risco, como unidades com profissionais que devem ser chamadas para vacinação logo na primeira semana.

Sobre testes e afastamentos, se deseja saber como a SME pretende garantir a testagem dos profissionais, de estudantes e demais contactantes. Qual será o procedimento para casos suspeitos e confirmados em profissionais da educação que têm contato direto com várias turmas? Por exemplo, professora de artes que atende todas as turmas da escola, merendeira, porteira, etc. Toda escola será fechada e terá testes garantidos?

Questiona-se com relação ao ensino remoto e presencial as razões para ausência de letramento digital no cronograma. Se as diretoras terão alguma ferramenta oficial para inquirir as famílias sobre a pretensão de voltar ao presencial. Se a SME sabe quantos estudantes têm necessidades especiais, quais são e como pretende assegurar a inclusão deles e preparar profissionais e espaços de aprendizagem presencial ou não. E quais as razões para a redução da carga horária de algumas disciplinas.

Sobre a limpeza almeja-se saber a partir de quando a SME poderá afirmar que todas as unidades contam com profissionais de limpeza. Quantos profissionais de limpeza serão direcionados e sob qual critério de cálculo da distribuição? Quais materiais de limpeza, de proteção e de higiene já foram entregues às unidades?

Com relação à infraestrutura das unidades, não se sabe se todas serão vistoriadas e por qual(is) equipe(s). Se haverá responsáveis acompanhando. Quantas precisam de obras ou de reparos e até quando pretendem realizá-las? Tampouco se a SME cogita solicitar espaços de outros equipamentos públicos vizinhos às unidades, para operacionalizar o retorno, considerando que há também a orientação para espaçamento entre estudantes e consequente redução do número total por turma.



Sobre estudantes, o MovEM-RIO propõe um mapeamento de quantos moram em barracos, sem saneamento básico, com renda familiar inferior a 1 salário-mínimo, sem TV, sem celular, sem internet, por exemplo. Quantos usam transporte público para ir e vir de suas unidades, qual tipo e quantas vezes ao dia. Essa última pergunta também serve aos profissionais. Será que há articulação da SME com outras secretarias visando favorecer a melhoria na mobilidade urbana, seja mostrando a necessidade da ampliação no número de veículos, melhoria da qualidade do serviço, fiscalização da lotação e do uso de máscara de proteção, por exemplo?

Crédito: Leo Rocha | MovEm-Rio



Em 2020, 35% das unidades eram ditas de tempo integral, ainda que a maioria funcionasse por períodos bem aquém do demandado pela população. Com poucas unidades nessa modalidade, muitas mães percorrem grandes distâncias com suas crianças de colo para chegar até às creches e escolas. Usam BRTs, trens e ônibus lotados e desumanos. Transportes que são o retrato do que é recomendado evitar em tempos da Covid-19.

Na Zona Oeste, por exemplo, há unidades nas quais estão matriculadas crianças que moram em 7 ou 8 Regiões Administrativas (RA) diferentes. Um mesmo Espaço de Desenvolvimento Infantil (EDI) reúne crianças da RA Vigário Geral, da RA Campo Grande, da RA Cidade de Deus e de tantas outras. O Movimento quer saber como a SME orientará diretoras a calcular o percentual de estudantes a comparecer presencialmente, quando suas unidades receberem, por exemplo, estudantes de 7 Regiões Administrativas (RA).

Por fim, a SME parece ignorar as múltiplas realidades socioeconômicas e culturais que se encontram nas salas de aula. Tanto é que a primeira semana de aula foi polêmica e cheia de dúvidas. Um mapeamento, como sugestão, ajudaria a compreender as questões de mobilidade, auxiliando na identificação do cenário, na articulação com outras secretarias e no desenvolvimento de programas e ações de suporte à população e às unidades escolares.

Da forma como está, estamos longe de ter um ensino remoto para todos. Bem como estamos longe de ver as nossas vidas priorizadas. O aumento de desempregos e a permanência das altas taxas de contágio e óbitos na cidade, fazem o MovEM-Rio levantar outras bandeiras. Clama-se pelo retorno do auxílio emergencial, por um auxílio carioca, como havia sido aprovado pela Câmara dos Vereadores, em 2020 e, pelo enfrentamento adequado da pandemia na cidade que, passa pela decisão de fechar novamente tudo o que não é essencial ao funcionamento da cidade e reduzir a circulação das pessoas. Basta de tanto descaso!



## MOVIMENTOS SOCIAIS

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento a pandemia de COVID-19. Uma delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta seção repercute as lutas dos movimentos sociais de favela pela garantia de direitos básicos.

Nesta edição, esta seção repercute o ato-*live* organizado pelo informativo Radar em parceria com outras ações da Fiocruz e movimentos sociais do Rio de Janeiro e Amazonas que tratou do luto pelas mortes provocadas pela pandemia e das lutas das organizações populares.

Crédito: Ato-live: "Luta e luto na pandemia: auto-organização popular no Amazonas e Rio de Janeiro.



# RIO DE JANEIRO - AMAZONAS: A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO POPULAR UNIFICADA NA PANDEMIA DE COVID-19

**Por Anderson Oli, morador do Complexo da Maré, Zona Norte do Rio de Janeiro**

Estudante de Letras e bolsista de comunicação comunitária da Cooperação Social da Fiocruz.

No dia 10 de fevereiro de 2021, em uma quarta-feira à tarde, aconteceu no canal do Cidades em Movimento da Cooperação Social da Fiocruz o ato-*live*: “Luta e luto na pandemia: auto-organização popular no Amazonas e Rio de Janeiro”. O ato-*live* integrou a programação do dia de mobilização de enfrentamento ao Covid-19 nas favelas do Rio de Janeiro.

Logo no início do ano, a pandemia do novo coronavírus colocou o Amazonas mais uma vez em evidência, devido ao grande aumento da população infectada pelo vírus, bem como a crise relacionada à falta de oxigênio nos hospitais. O estado do Amazonas tem uma das piores densidades de leitos do país e um sistema de saúde público e privado concentrado apenas na capital, Manaus.

Por outro lado, o Rio de Janeiro é um dos estados com a maior densidade de leitos hospitalares e de UTIs do Brasil. Apesar disso, após um ano de pandemia, esses dois estados são os que possuem as maiores taxas de mortalidades por Covid-19 no Brasil.

Mas quais são as populações mais afetadas pelo Covid-19 no país?

De acordo com os relatos dos participantes da *live*, sabemos — e não é de hoje — que os mais afetados pela pandemia são os grupos de classe econômica mais baixa, aqueles que sofreram mais opressão, além de sofrer também com a falta de políticas públicas, a saber: os povos indígenas, os quilombolas, os negros e os moradores de favelas e periferias do Brasil.

A falta de recursos básicos nas favelas evidencia as grandes desigualdades sociais, pois são negligenciadas pelas políticas do nosso país. Entre esses recursos estão: a precarização da educação, do saneamento básico, a pouca ou nenhuma distribuição de renda.

Segundo Vanda Ortega, indígena do povo Witoto, do Alto Solimões de Manaus: **“...a luta de vocês são as nossas aqui, diante de toda uma ausência de poder público para com as populações indígenas, que vivem principalmente em contexto de cidade. A gente passou por muitos desafios nesse momento de pandemia, o estado e o poder público negam a existência desses povos no contexto de cidade; a falta de assistência médica e de educação; a precariedade no saneamento básico; a falta de água potável, a falta de energia elétrica: toda essa problemática social e de infraestrutura tornam essas populações extremamente vulneráveis na cidade”**.

Contudo, apesar de tantos relatos de injustiças sociais em uma sociedade tão desigual como a nossa, são atitudes da sociedade civil como a iniciativa desse ato-*live* que nos fortalecem e reafirmam a importância do movimento popular. Logo, faz-se cada vez mais necessário a existência de espaços que possibilitem o afeto e a solidariedade para com a dor do outro e o respeito ao luto. E também visibilizar a atuação dessas organizações populares que realizam trabalhos primordiais em meio a tantas dificuldades – ações estas, que potencializam a dignidade e o direito à vida.

A *live* foi uma iniciativa do Informativo Radar Covid-19 Favelas do Observatório Covid-19 Fiocruz; Laboratório Território, Ambiente, Saúde e Sustentabilidade da Fiocruz Amazônia; Plataforma Cidades em Movimento/Cooperação Social da Fiocruz, em parceria com a Agenda Nacional pelo Desencarceramento, a Frente Estadual pelo Desencarceramento do Amazonas, a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência/RJ, Grupo Eco Santa Marta/RJ, Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré /Museu da Maré/RJ e Teia de Solidariedade Zona Oeste/RJ.

A *live* está disponível no link de transmissão: <https://cutt.ly/CIDADEES22>

**ESPECIAL  
VACINA,  
FAVELAS E  
PERIFERIAS**



# VACINAR COM FÉ

Padre Gegê

Todo cristão consciente  
deve ser imunizado  
e lutar pra que o povo  
também seja vacinado

Vacina, sim

defendemos

Vacina, sim

nós queremos

A fé e amor em ato

O mandamento do amor

em tempo de pandemia

fortalece o nosso laço

faz crescer a empatia

A fé sem obras é morta

e sem vacina não rola

a festa do novo dia

Os papas Francisco e Bento



quando foram vacinados  
deixaram um ensinamento  
que precisa ser lembrado  
ciência e fé andam juntas  
Caminham  
pois  
lado a lado

Como padre de Manguinhos  
bem perto da Fiocruz  
vou deixando o meu recado  
versado aos pés da cruz  
A vacina é uma benção  
que a ciência produz  
e vai vencer a Covid  
na santa fé de Jesus

# A PANDEMIA DA COVID-19 NO CONTEXTO DAS FAVELAS E O DIREITO À VACINAÇÃO

**Alan Brum Pinheiro - Favelado, Diretor do Instituto Raízes em Movimento e Doutorando em Planejamento Urbano IPPUR/UFRJ.**

O enfrentamento à Covid-19 nas favelas em todo o Brasil reafirmou e recolocou em evidência uma demanda existente há anos junto aos movimentos sociais, organizações, grupos, ativistas e militantes atuantes desses espaços periféricos: o poder público e a implementação de suas ações e políticas públicas precisam repensar uma nova forma de governança que agregue a diversidade de atores da sociedade em geral e as(os) faveladas(os) especificamente.

No Rio de Janeiro venho acompanhando os caminhos trilhados no enfrentamento à Covid nas favelas, realizando ações coletivas e construindo propostas a partir de articulações mais amplas, contribuindo para mitigar os impactos dessa pandemia, sobretudo perante a população mais vulnerabilizada socialmente.

Durante quase um ano os problemas se agravaram, o Estado não consegue dar retornos efetivos e as respostas são tímidas e tardias. **O poder público, nos três níveis, foram e ainda estão inoperantes e demonstram grande incapacidade de diálogo, agindo com prepotência e ineficácia. Isso notabiliza claramente o quanto a gestão pública é lenta e frágil e não está preparada para atuar em casos de calamidades públicas e emergências sociais.**

**Inclusive a desestruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) tem feito grande diferença negativa no enfrentamento a essa pandemia. O SUS precisa ser valorizado como política pública de Estado e não ficar à deriva a cada governo. Precisamos retomar o SUS como ele foi pensado, articulado, debatido e construído.**

Para que isso ocorra urge a derrubada, ou ao menos a suspensão emergencial, da Emenda Constitucional nº 95 que congelou os investimentos públicos por 20 anos. E assim o SUS possa ser colocado em prática em sua plenitude com especial atenção à saúde básica, mas também todos os seus níveis de complexidade, considerando o encadeamento desse atendimento nos diversos tipos de equipamentos da saúde, mas sobretudo um planejamento macroestrutural de enfrentamento à pandemia.

Por outro lado, os movimentos sociais de favelas se mobilizaram rapidamente, ainda em março de 2020, em cada localidade, para agir diretamente junto às populações com distribuição de cestas básicas e outros itens de primeira necessidade, mas também atuando concomitantemente em diversas escalas, inclusive nacionalmente, na construção de pautas em comum e estratégias de comunicação que atendessem às características das periferias.

**As favelas possuem especificidades entre elas, mas sobretudo em relação ao restante da cidade por conta do seu contexto histórico. Em grande parte criadas a partir da falta de política pública em habitação, foram se constituindo de forma orgânica por trabalhadores e trabalhadoras sem outra alternativa de moradia. Grande parte é formada por espaços reduzidos entre as casas, moradias com poucos cômodos, elevado número de pessoas por habitação, problemas permanentes no âmbito do saneamento básico: fornecimento de água, esgotamento sanitário e recolhimento de lixo.**

Portanto, as favelas apresentam uma fragilidade estrutural muito maior que o restante da cidade, então precisamos pensar as ações de enfrentamento à Covid nas favelas atentos a essas especificidades. Não há os subsídios adequados para atender as orientações dadas à sociedade em geral e precisamos pensar



por dentro das favelas. Isolamento social e lockdown nas Favelas devem ser pensados, considerando a falta de entretenimento em casa, acesso à internet, espaços inadequados nas residências, além de entender que a rua nas favelas é a extensão da casa.

Dessa forma, as orientações devem ter um olhar mais contextual para que se tenham o mínimo de sentido para as(os) moradoras(es) de favelas, principalmente no atual momento em que as aglomerações e a não utilização das máscaras está generalizada em toda a cidade, refletindo os discursos negacionistas de quem deveria estar preocupado com a logística e distribuição de vacinas.

Urge a consolidação de caminhos onde o diálogo da diversidade de atores sociais – principalmente organizações de base, poder público e universidades – possam juntos construir saídas estruturais e eficazes para a superação da pandemia, mas com o desprendimento para uma escuta ativa entre estes, valorizando vivências e conhecimentos diversos. No Rio de Janeiro tivemos essa experiência exitosa num grupo articulador com representações de Favelas, universidades e a Fiocruz que culminou no Plano de Enfrentamento à Covid-19 nas Favelas.

Outras articulações e ações de produção de conhecimento estão em andamento, como a produção da pesquisa *“A Covid-19 como situação limite: experiências e memória histórica na produção de conhecimentos em saúde com favelas do Rio de Janeiro”* realizada pela Fiocruz a partir do LTM – Laboratório Territorial de Manguinhos em três grandes favelas: Complexo do Alemão em parceria com o Instituto Raízes em Movimento, Manguinhos e Rocinha em parceria com o Jornal *Fala Roça*.

Essas e outras experiências demonstram serem possíveis outras formas de produzir e agir no enfrentamento à pandemia nas favelas, incluindo a diversidade de vozes que traduzam impactos, desejos, conhecimentos, técnicas e planejamento.

**Neste momento que começa a ser disponibilizada, ainda muita timidamente, a vacina contra a Covid-19 e vemos mais uma etapa do mesmo despreparo e inoperância por parte do poder público, precisamos estar atentas(os) para incidirmos numa distribuição criteriosa que considere as(os) faveladas(os) e seu contexto histórico citado acima e sejam alçadas(os) a grupo prioritário.**

Se ainda considerarmos: (a) o impacto econômico, sendo que grande parcela dessa população sobrevive do trabalho informal e intermitente, além de 2/3 da população brasileira desempregada sendo formada por negras(os), segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); (b) a estrutura sanitária com a falta de esgotamento sanitário e a distribuição de água potável precária; (c) a mobilidade urbana disponível com transporte caótico, lotação diária e insuficiente para essa massa de trabalhadores que não tem a opção do isolamento social, tendo que buscar sua subsistência diariamente; (d) na educação: a suspensão das aulas ou a dificuldade de acompanhamento à distância, impondo outras dificuldades às mães trabalhadoras que são maioria na condução desses lares, além da alimentação que essas crianças tinham na escola e não foram substituída por apoio alimentar de forma regular; (e) a formação étnica da maioria das favelas onde 75,2% da camada com menor renda da população no Brasil são negras(os), segundo IBGE e que estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) demonstra que trabalhadoras(es) negras(os) tem 39% mais chance de morrer que brancas(os); (f) a renda e a cor/raça de quem já fez o teste para Covid-19, o percentual de óbitos por escolaridade, cor/raça e renda demonstra que a maioria da população favelada é a parcela mais vulnerável socialmente no enfrentamento à pandemia.<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Alerta sobre a responsabilidade pelas mortes evitáveis por Covid-19 (assinado por diversas entidades e organizado pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor-Idec); IBGE, IPEA, Pnad Covid e Banco de internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (**SRAG**).

Portanto, são os determinantes sociais que definem, desde sempre, a exclusão ao acesso à saúde e qualidade de vida mínima que garanta a dignidade humana. Neste momento, a promoção da desigualdade crônica em nossa sociedade está sendo impulsionada no enfrentamento à pandemia, excluindo essa parcela da população do acesso à vacinação a partir do seu contexto histórico e social.

Precisamos impulsionar um chamamento público das(os) trabalhadoras(es) favelas(os) em conjunto com cientistas, sanitaristas, universidades, representações coletivas de trabalhadoras(es) e parte significativa da sociedade civil para pautar uma agenda pública, incidindo politicamente junto aos parlamentares e o executivo nos três níveis de poder e, se for possível, também judicialmente no STF por meio de uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para que trabalhadoras(es) faveladas(os) possam ser incluídos como grupo prioritário entre os critérios do Plano Nacional de Imunização (PNI), inclusive que este comece a ser digno do nome e cumpra seu papel de um plano nacional que oriente os entes federativos e seja eficiente, coerente e responsável socialmente no enfrentamento à Covid-19.

Crédito da foto: Maycom Brum | Arte: Bidu e Amen



# TERRITÓRIO IMPACTADO PELO DISTRITO INDUSTRIAL DEVE SER PRIORIZADO NA VACINAÇÃO

## **Wanessa Afonso**

Educadora Popular - Coletivo Martha Trindade - Santa Cruz, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro

Moradoras e moradores da região de Santa Cruz (Zona Oeste do RJ) estão cercados há muitos anos pelo distrito industrial. É sabido que muitos processos industriais geram rejeitos que fazem mal à saúde das pessoas. Na nossa região, em especial, estamos localizados bem perto da siderúrgica Ternium (antiga TKCSA). Desde 2010, moradores denunciam diversas violações ambientais, e uma delas é a mais famosa: a ‘chuva de prata’. Dita pela empresa como pó de ‘carbono e grafite – que não são tóxicos–’, os moradores relataram diversas complicações respiratórias e dermatológicas. Nosso coletivo fez as medições do nível de poluição do ar através do projeto ‘Vigilância Popular em Saúde’ junto ao Instituto PACS, Fiocruz e Justiça nos Trilhos já há alguns anos, após os episódios da chuva de prata. Nossos resultados? Níveis de poluição maiores que os indicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

E é partindo desse histórico que me posiciono: a demanda da região deve ser vacinar TODOS os moradores que são impactados pela poluição desse distrito, pois a maioria dos moradores aqui são grupo de risco só de habitar próximo à siderúrgica: se estamos em um território de maioria negra, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e violações da saúde, temos uma alta taxa da mortalidade por Covid-19 nesta região. E isso é comprovado através dos números (mesmo com as possíveis subnotificações). Um território em que a maioria dos moradores – por



serem impactados pela produção industrial - possuem problemas respiratórios deve ser um território prioritário no mapa da vacina.

Há muito tempo lutamos para ter acesso a pneumologistas e dermatologistas nos postos de saúde do entorno. Nossa luta é pelo bem estar dos moradores da região. E já chegou o momento das periferias e favelas cobrarem cada vez mais: nosso lugar na fila da vacina não é esse. Nós somos quem mais morre, quem mais infecta e é infectado, quem mais está vulnerável. Nós somos quem desde o começo da pandemia trabalha presencialmente, pegamos transportes públicos lotados e atravessamos o Rio de Janeiro para manter a cidade em funcionamento. Analisando os estudos e as taxas de mortalidade da região, é conclusiva a necessidade da prioridade para trabalhadoras e trabalhadores. A extrema Zona Oeste não pode ser mais uma vez esquecida. E é por isso que lutamos.

Crédito da foto: União Coletiva pela Zona Oeste



# É TUDO PRA ONTEM!

## Marina Ribeiro

Coletiva Popular de Mulheres e Teia de Solidariedade da Zona Oeste

*O texto a seguir corresponde a um trecho de uma fala de Marina Ribeiro durante uma roda de conversa virtual organizada pelo informativo Radar Covid-19 Favelas no dia 04/02/2021.*

A demanda de pensar o acesso a alimentos na Zona Oeste é gritante. Todo o processo que temos trabalhado, de distribuição de alimentos e mais uma campanha criada pela própria Teia para pensar acesso a alimentos da agricultura urbana (alimentos frescos) tomou e tem tomado muito tempo. Há todo um processo que implica em fazer a compra com os agricultores locais e fazer com que esses alimentos cheguem às famílias que pertencem a essa rede, essa frente, que construímos a partir da Teia de Solidariedade da Zona Oeste.

**A demanda por alimento é fundamental e junto a isso reforçar que uma das questões que penso ser primordial é a renda básica emergencial. Esse debate precisa ganhar corpo.** A gente não pode não colocar isso como uma questão central. O desemprego segue aumentando. A renda básica emergencial carioca já foi aprovada, mas precisa ser executada. É preciso também uma pressão da sociedade para que isso aconteça, o novo prefeito, com seu secretariado precisa assumir esse compromisso.

Na Zona Oeste nunca teve melhora nesse processo que há em comum com as favelas e periferias com relação ao desenvolvimento: as casas sem estrutura, o tratamento que as pessoas recebem, não ter um analgésico na farmácia popular, uma situação que vai além do contexto negacionista.

**Como é que a gente pode pensar uma campanha que de fato esclareça a importância da vacinação? No sentido de esclarecer para as pessoas a importância da vacina, de recuperar a campanha, para além de dizer somente da importância de um calendário de vacinação e das prioridades; mas uma campanha que discuta a importância da vacinação e que seja para todas as pessoas. Porque tendo como referência a Zona Oeste, o transporte público sempre esteve lotado, sem nenhum tipo de estrutura para garantir a vida dos trabalhadores. Então todos esses trabalhadores teriam que tomar a vacina, tem que ser prioridade.**

Garantir a vida da classe trabalhadora vai além do enfrentamento de outras questões como a da segurança pública e da violência que se agrava nesse contexto. Incluir, por exemplo, a questão dos locais que não têm água e que, quando têm, é essa água com gosto de barro, essa água de merda – desculpa a palavra, mas é isso que tá acontecendo. Vi uma companheira compartilhar esses dias uma foto de uma mulher com uma lata d'água na cabeça, poderia ser na década de 80, mas não, estamos em 2021 e isso está acontecendo o tempo inteiro. Precisamos trazer para o debate esse contexto da água. É tudo para ontem, né!? Tudo sempre foi para ontem! Então como é que a gente pode colocar todas essas questões que atravessam as favelas e periferias e fortalecer as lutas? Realmente a gente tem essa força de se organizar para a luta, de ter solidariedade; a gente precisa canalizar isso.

Esse ano a luta deve ser para pressionar os governos. Não tem saída se não houver incidência política pesada. E que a gente possa construir algum tipo de pressão, se mobilizar e ampliar a informação. Que a gente possa ter força para lutar contra esse processo de negação desse momento, que se dá em condições estruturais, ele não se dá só pelo fato de declarar: “Eu não creio na vacina”, “não tenho medo da doença” e o “eu não tenho outra saída que não seja está na rua trabalhando”. Então, isso é gritante na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro: o aumento das mortes – seja por Covid, seja morte materna no período da Covid.

A gente também teve um aumento de mortalidade pela falta de acesso das mulheres ao direito sexual e reprodutivo. Então tem um conjunto de coisas que só pioraram e que precisam mudar. E a gente sabe que esse ano a luta não vai ser diferente.



# EXPEDIENTE

## ELABORAÇÃO

### COOPERAÇÃO SOCIAL DA FIOCRUZ

André Lima

Day Medeiros

Djefferson Amadeus

Fábio Araújo

Itamar Silva

José Leonídio Madureira

Renata Dutra

### Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

### EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

## COORDENAÇÃO EDITORIAL

Fábio Araújo

## COLABORADORES NESTA EDIÇÃO

Alan Brum Pinheiro - Complexo do Alemão

Anderson Oli - Maré

Douglas Lopes - Maré

Lidiane Malanquini - Maré

Maycom Brum - Complexo do Alemão

Marina Ribeiro - Campo Grande

Padre Gegê - Manguinhos

Renata Dutra - Manguinhos

Vandré Nascimento - Realengo

Vanielle Bethania - Realengo

Wanessa Afonso - Santa Cruz

## MOVIMENTOS SOCIAIS E COLETIVOS

Comacs Manguinhos

Comissão de representação sobre retorno às aulas presenciais – Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro

Fala Manguinhos

Lata Doida

Movimento de mães, pais e responsáveis pela escola pública municipal carioca (MOVEM-RIO)

Redes da Maré

Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio de Janeiro (SEPE/RJ)

União Coletiva pela Zona Oeste

Sejamos Base

Teia de Solidariedade da Zona Oeste

### **REVISÃO**

Fábio Araújo

Luiza Gomes Henriques

### **PROJETO GRÁFICO**

Mariane Martins

### **DIAGRAMAÇÃO**

Joice Mattos

